



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Paula Belmonte – CIDADANIA/DF

### PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

(Da Sra. Paula Belmonte)

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, com a finalidade de coibir condutas e punir de forma mais gravosa aquelas que tenham por fim desviar recursos destinados ao enfrentamento situação de emergência, cujas contratações fundamentem-se em dispensa de licitação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, com a finalidade de coibir condutas e punir de forma mais gravosa aquelas que tenham por fim desviar recursos destinados ao enfrentamento de situação de emergência, cujas contratações fundamentem-se em dispensa de licitação.

Art. 2º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

#### “**Associação Criminosa**

Art. 288. ....

§1º A pena aumenta-se até a metade se a associação é armada ou se houver a participação de criança ou adolescente.

§2º A pena aplica-se em dobro se a associação tem por finalidade o desvio de recursos destinados ao enfrentamento situação de emergência, cujas contratações fundamentem-se em dispensa de licitação.



Art. 327-A. As penas cominadas neste Capítulo aplicam-se em dobro se qualquer dos crimes tem por finalidade o desvio de recursos destinados ao enfrentamento de situação de emergência, cujas contratações fundamentem-se em dispensa de licitação.

Art. 333.

§1º A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.

§2º A pena aplica-se em dobro se o crime tem por finalidade o desvio de recursos destinados ao enfrentamento de situação de emergência.” (NR)

junho de 1993:

Art. 3º Acrescente-se o seguinte art. 99-A à Lei nº 8.666, de 21 de

“Art. 99-A. As penas previstas nesta Seção aplicam-se em dobro se o crime envolver a aquisição ou contratação de insumos, bens ou serviços destinados ao enfrentamento de situação de emergência.”

Art. 4º Acrescente-se o seguinte § 4º ao art. 2º da Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, renumerando-se os parágrafos posteriores:

“Art. 2º.

§ 4º A pena é aplicada em dobro se a organização criminosa tiver por finalidade o desvio de recursos destinados ao enfrentamento de situação de emergência, cujas contratações fundamentem-se em dispensa de licitação.

.....” (NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Em 1º de setembro de 2020, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 1485/2020, cujo objeto “Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, e 12.850, de 2 de agosto de 2013, para combater condutas que tenham por finalidade o desvio de recursos destinados ao enfrentamento de estado de calamidade pública”,



apresentado inicialmente pela i. Deputada Federal Adriana Ventura – NOVO/SP, e do qual tive a honra de ser coautora.

Contudo, em que pese o avanço normativo-legislativo atingido, sinto-me na obrigação legislativa, na qualidade de representante do povo brasileiro, de apresentar o presente projeto de lei, visto que aquele limitou-se à situação em que os recursos sejam destinados à situação de calamidade pública.

Vale ressaltar, ainda, que desde a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2000, esta foi a primeira vez que o Congresso Nacional decretou estado de calamidade pública, em decorrência de uma doença que praticamente assolou o mundo inteiro, categorizada pela própria Organização Mundial da Saúde como pandemia, em decorrência do coronavírus – COVID-19.

Porém, na contramão da cautela adotada pelo Congresso Nacional, na decretação de estado de calamidade pública, o que mitiga, em tese, freios dos gastos e contratações por entidades públicas, com recursos do erário, é usual que Governadores e Prefeitos decretam situação de emergência em seus respectivos entes federativos, em face de circunstâncias pontuais. Tal circunstância permite que as respectivas unidades federativas promovam contratações emergenciais, sob a égide da excepcionalíssima hipótese prevista na Lei nº 8.666/93 que dispensa a regra geral do regular procedimento licitatório, cujo dispositivo encontra-se previsto taxativamente no inciso IV, do artigo 24, vejamos:

*“IV - nos **casos de emergência** ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos (...).” (grifo nosso)*

De uma simples leitura da transcrição legal acima, fica patente que o próprio legislador diferenciou **casos de emergência ou de calamidade pública**,

ressaltando-se que de fato são diferentes. Assim, compulsando as normas legais vigentes, deparamo-nos com o Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010, que tratou de regulamentar a MPV nº 494, de 2010, convertida mais tarde na Lei nº 12.340/2010, cujos institutos encontram-se ali devidamente conceituados, vejamos:

*Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010*

*Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:*

*(...)*

*III - situação de emergência: situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido;*

*IV - estado de calamidade pública: situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido (...).” (grifo nosso)*

Portanto, por mais substancial e peculiar que seja a diferença, não são institutos idênticos, e, uma vez que o direito material não poderá estender seu campo de aplicação para atender a caso não previsto em norma legal, sob o risco do próprio órgão judiciário assim declarar, exige-se então, que o Poder Legislativo, dentro de suas competências e atribuições, legisle da forma que se propõe.

Contudo, o Estado de Calamidade Pública decretado pelo Congresso Nacional em 20 de março de 2020, baseou-se na Lei de Responsabilidade Fiscal, e não no Decreto nº 7.257/2010, o qual serve para ser utilizado pelos entes federativos municípios, estados e DF.

Ainda, sobre a distinção, a própria Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 que “Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, traz em seu texto distinções entre situações de emergências e de estado de calamidade pública, prevendo exceções a regras sempre que o ente federativo esteja assim decretado (declarado).

Logo no início de 2019, o Governador do Distrito Federal “baixou” o Decreto nº 39.619, de 7 de janeiro de 2019, declarando a “situação de emergência no âmbito da Saúde do Pública do Distrito Federal”, pelo prazo de até 180 dias,

permitindo, assim, que diversas contratações naquele período fossem lastreadas pelo inciso IV, do artigo 24, da Lei nº 8.666/93, ou seja, por **dispensa de licitação**.

Neste contexto, de tudo que até aqui foi justificado, independentemente do lastro normativo que venha a fundamentar a decretação da **situação de emergência** pela Autoridade competente, entendo que esta Casa deva endurecer as penas previstas em caso de desvios e malversações de recursos públicos durante o período de declarada SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, até mesmo por ser uma situação corriqueira e uma prática adotada em diversos entes federativos, pelos seus respectivos Chefes do Executivo, permitindo que Gestores Públicos da localidade lastreiem vultosos volumes de recursos públicos em o devido e regular procedimento licitatório, escorando-se na exceção contida no inciso IV, do artigo 24, da Lei nº 8.666/93.

Sendo assim, considerando que não muito raro a sociedade brasileira é surpreendida com escândalos de fraudes em procedimentos de licitação (dispensa), desvios de recursos públicos e corrupção em situações excepcionálíssimas cujo o ente esteja sob a decretação de situação de emergência, sendo que a principal e mais peculiar diferença com os escândalos que hoje se acompanha nos telejornais na atual situação de Estado de Calamidade Pública que o Brasil se encontra decretado/declarado, face o COVID-19, é que muitos daqueles são pontuais e locais, e estes últimos de caráter nacional, o que está permitindo que haja uma cobrança e uma mobilização maior por parte da sociedade como um todo. Hoje, qualquer desvio no menor e mais longícuo ente federativo, em decorrência da pandemia do COVID-19, são veiculados e notificados por praticamente todos os meios de comunicação de cadeia nacional. Se fosse em situação de emergência, local, pontual, talvez, nem o meio de comunicação veicule.

Ante o exposto, pede-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2020.



Deputada **PAULA BELMONTE**

